



Negociação desta quinta tratará de direitos de PcDs e Neurodivergentes

O Comando Nacional dos Bancários realiza nesta quinta-feira (18), em São Paulo, mais uma mesa de negociação com a Fenaban (Federação Nacional dos bancos). Como parte do tema “Saúde e Condições de Trabalho”, serão debatidos os direitos e condições das Pessoas com Deficiência (PcDs) e neurodivergentes (pessoas que apresentam funcionamento neurocognitivo fora do padrão convencional).

Uma das reivindicações é a redução da jornada para os bancários responsáveis por PcDs. Os bancos precisam ter a sensibilidade em relação aos bancários e bancárias PcDs ou que são responsáveis por



pessoas nesta situação, assim como os neurodivergentes. Na Campanha Nacional dos Bancários a luta é pelos direitos e inclusão de todos e todas, sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação.

Na outra quinta-feira (25), o tema será as metas abusivas e o adocimento da categoria.

Programa SQV do Itaú gera dor de cabeça

Mais um problema enfrentado pelos funcionários do Itaú. Desta vez, muitos trabalhadores têm sido penalizados pelo programa SQV (Score de Qualidade de Vendas) em parceria com o Gera. Há casos de demissão por não batimento da pontuação exigida pelo banco. O objetivo do programa do Itaú é avaliar o desempenho do empregado que faz a venda de produto ao cliente através de quatro indicadores: cancelamento da compra em até 4 meses, venda para o mesmo cliente, vendas seguidas de cancelamento ou ressarcimento e até as

reclamações que são feitas nos órgãos externos.

O pior é que mesmo que o banco comprove, depois de apurar, que o funcionário não fez a venda errada do produto, a penalização continua. A culpa pela insatisfação do cliente não pode recair sobre o bancário. A solução é de responsabilidade da empresa. Os funcionários se queixam da pontuação do SQV, que passou de 15 para 10. O Itaú foi questionado sobre a metodologia adotada para a avaliação. O movimento sindical quer revisão da forma de pontuar.

Otimismo toma conta dos brasileiros

O otimismo tomou conta do brasileiro em 2024. Cerca de 46% da população acreditam que o país melhorou em comparação ao ano passado, de acordo com pesquisa da Febraban (Federação Brasileira de Bancos). O sentimento é reflexo de políticas públicas eficientes e da democracia social, promovida por um governo progressista.

As expectativas para o futuro também são promissoras. Mais da metade dos brasileiros (55%) acredita em melhorias contínuas, enquanto 23% acham que permanecerá igual. Embora a inflação ainda preocupe 73%, a maioria acredita que a vida pessoal e familiar seguirá ascendente, com 67% prevendo situação melhor e 38% com menos dívidas.

O cenário demonstra a eficácia de iniciativas que promovam igualdade e desenvolvimento. As políticas progressistas implementadas recentemente têm fortalecido a saúde pública, educação e infraestrutura, criando um ambiente propício para o crescimento econômico, apesar da sabotagem do Banco Central.

COE Santander reforça defesa do emprego

A defesa do emprego dominou os debates na primeira negociação, que aconteceu nesta terça-feira (16), entre o Santander e a COE (Comissão de Organização dos Empregados), que também reafirmou a defesa dos direitos dos funcionários. O movimento sindical cobrou o fim das demissões, além dos números de agências, PABs (postos de atendimentos bancários), funcionários e terceirizados. Denunciou ainda as contratações fraudulentas feitas pelo Santander, ou seja, o funcionário deixa de ser bancário e passa a atuar em uma empresa ligada ao banco, sem direitos, garantias e salários reduzidos. Um absurdo!

Negociação com o BMB

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Banco Mercantil do Brasil se reuniu com o BMB nesta terça-feira (16). Em pauta, estiveram o Programa Próprio de PLR e outros temas de interesse dos funcionários. Os representantes dos trabalhadores reivindicaram redução das metas de lucro, que extrapolam, consideravelmente, as metas do ano passado. Outro assunto polêmico da reunião foi a retirada de vigilância armada dos postos de atendimento avançado (PAAs).

Busca por emprego formal

Com o mercado de trabalho aquecido e a taxa de desemprego em menor patamar dos últimos 10 anos (7,1%), cresce a procura por emprego formal no Brasil. A busca por estabilidade se contrapõe à realidade vivida por muitos brasileiros após a reforma trabalhista de Temer e a gestão desastrosa de Bolsonaro e Paulo Guedes. Houve aumento na informalidade e flexibilização das leis trabalhistas. Segundo a Sondagem do Mercado de Trabalho do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), 67,7% dos trabalhadores autônomos gostariam de migrar para empregos com carteira assinada.